

Verso e Reverso da Liturgia na Bahia do Século XIX: Política, Poderes e Representações.

Bárbara Caldeira¹

Uma discussão acerca das relações de poder que se desenvolvem no campo do imaginário e conseqüentemente nas ligações políticas e psicológicas permite identificarmos uma dicotomia constante entre o mundo litúrgico e o popular, salientando a associação separatista entre os limites do espaço sagrado e do profano.

No século XIX, por conta do número de festas e solenidades religiosas realizadas na Bahia, já era possível identificar e organizar os eventos em um calendário, que seguia o caminho dividido entre ciclos temáticos. Inseridas neste conjunto de práticas cristãs, as procissões durante o período colonial e imperial exerceram um papel de destaque como representantes do referencial social das pessoas que buscavam através de elementos culturais ocidentais, adaptá-los ao seu modo de pensar e viver, além de servirem aos propósitos do processo educativo e evangelizador da Igreja.²

Na Bahia, a Procissão do Senhor Morto ou do Enterro, tem uma história marcada por aspectos diferentes, que vão desde o lado religioso, envolvendo disputas entre as irmandades com suas particularidades até o olhar de cada indivíduo que acompanha ou já participou da procissão. Dentro do contexto da festa, há a presença de elementos que contribuem para a continuidade de uma tradição religiosa e social, a exemplo da experiência de vida dos espectadores que, aos olhos da religião, permitem consentir à Sexta-Feira Santa o “verdadeiro” caráter de fé, que ao longo dos anos serviu como

¹ Aluna do curso de Licenciatura em História das Faculdades Jorge Amado e Bolsista da Revista Eletrônica de História e Educação Práxis: www.fja.edu.br/praxis

² CAMPOS, João da Silva. **Procissões Tradicionais da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação e Saúde. Publicação Museu da Bahia (obra póstuma), 1941.

condutor do imaginário baiano.

João da Silva Campos descreve a transferência da imagem do Senhor Morto que, até o ano de 1822 tinha o seu direito de guarda concedido ao Convento do Carmo e de sua respectiva irmandade. Antes deste acontecimento, convém lembrar que no mesmo ano, por conta de desentendimentos com as tropas lusitanas que se encontravam abrigadas pelas circunstâncias do processo de Independência, no edifício que àquela época, pertencia ao batalhão 12, os religiosos carmelitas viram-se na urgência de se refugiarem por algum tempo, nos conventos da Cachoeira e São Cristóvão, localizados no Recôncavo Baiano. Perante esses acontecimentos e pela proximidade da realização da procissão, a irmandade teve que acatar a seguinte decisão:

Pela ausência dos Religiosos Carmelitanos Calçados, resolveu a Mesa atual desta Ilustre Irmandade do Senhor dos Santos Passos, na tarde de 1º de Março do corrente ano fazer a sua Procissão com assistência de V.S. Ilma, a quem me determinaram dirigisse, convidando e rogando a V.S. Ilma, para que um ato de Cabido haja de acompanhar a dita Procissão da Sé para o Carmo, levando uma sagrada relíquia do Santo Lenho.³

Essa seria a informação mais coerente com a documentação encontrada e mais aceita entre os historiadores. Contudo, o universo imaginário popular se encarregava de transcender os eventos da realidade como uma explicação para atos que vinham de encontro com sua vontade ou contrariavam seus desejos.

O Bom Jesus, aborrecido com a irreverência dos soldados lusitanos, transformando a Igreja do Carmo em santabárbara, abandonou-a miraculosamente, em noite de muita chuva, sendo encontrado pela manhã na Ajuda, com a túnica encharcada. Tal prodígio ocasionou indizível espanto na cidade. Compreendendo a maravilha, a Irmandade deixou de reconduzir o bento vulto para o convento.⁴

Ademais, não somente lendas e folclores que caracterizavam a história em torno da figura do Bom Jesus, mas as próprias cerimônias se revestiam de atos, sons e imagens que impressionavam e mostravam aos devotos, o poder religioso e “sobrenatural” que sua figura exercia em suas vidas de pecado.

³ CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 138.

⁴ CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 140.

Ferdinand Denis, cônsul francês a trabalho na Bahia, descreve o roteiro que seguia as celebrações da Semana Santa no século XIX:

Sexta-feira Santa:

(...) Após ter censurado os assistentes por suas faltas, ele os convida a se voltarem para dentro de si, e depois mostrando a cortina que esconde o coro exclama: “eis vosso Salvador, prosternai-vos e arrependei-vos”. A cortina cai, e uma estátua, tamanho natural, do Cristo na Cruz aparece, atores representam a Madalena, rezando a seus pés e a Virgem rodeada de anjos à sua direita. Alguns discípulos de Jesus aparecem e se prosternam em adoração. O predicador continua seu sermão, ordenando sucessivamente os diversos atos da descida da cruz em meio à emoção geral, gemidos e gestos de contrição das pessoas da assistência.⁵

As celebrações da Semana Santa eram nesse período, por conseguinte, uma oportunidade para aqueles cristãos que precisavam acalmar sua consciência e se entregarem à redenção religiosa, de forma que deixassem sua alma e pessoas no caminho da salvação, mais próximas da Igreja e de suas aspirações voltadas para a sociedade baiana.

Para além do caráter religioso, as celebrações da Semana Santa e, principalmente, a Procissão do Senhor Morto atuavam como personagens que tinham como cenário um espaço sócio-econômico ambientalizado pelo confronto sempre presente entre “poderosos” e “pobres”, onde no campo dos vencidos estavam as permanentes vitórias dos ricos e da elite baiana.

Numa sociedade católica eram eles que davam o toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos paroquianos. Essa atitude algo indulgente devia-se à sobrevivência em terras baianas de uma tradição medieval que tinha na piedade para com os pobres uma forma de expressar devoção para com Deus. Era como se eles tivessem de existir para proporcionar a salvação dos mais afortunados. (...) Por isso mesmo, dar esmolas aos mendigos era ato que as pessoas buscavam cultivar no seu cotidiano e de forma especial nos momentos mais importantes da vida.⁶

Esse trecho nos remete a algumas inferências no campo da identidade que se busca ter por parte das diversas classes sociais que ali se reuniam cada uma com uma finalidade e uma percepção para com a festa e seus significados; o domínio do

⁵ VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia de 1850**. Salvador: Corrupio, 1999, pp.88 e 89.

⁶FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996, p. 35.

imaginário, portanto, denunciava a relação econômica e religiosa e principalmente uma mistura dos diferentes grupos no cenário da festa: beatas, mendigos, vadios e figuras políticas, a exemplo do governador da província.

Dessa forma, dois espaços dividem fundamentalmente a festa: a igreja e as ruas. As ruas que ambientam os rituais das procissões, em geral, ficavam perdidas no contexto absorvido pela divisão lógica das práticas eclesiásticas e laicas. Esse espaço termina por enveredar entre caminhos que encerram contradições e ambigüidades pertinentes às ações religiosas: um lugar profano servia de palco para as celebrações sagradas da vida cristã. Estas, por sua vez, permeiam o cotidiano da festa.

Não se pode, entretanto, fugir à antiga concepção teleológica que caracteriza as relações e representações da fé cristã. O bem e o mal permanecem nas interpretações das ações das mulheres, crianças e homens, estabelecendo uma atmosfera simbólica situada nos limites do poder. Numa perspectiva foucaultiana, o poder se caracteriza frente ao sentido da Procissão, por alguns princípios fundamentais.⁷

No contexto do espetáculo, cada devoto tinha seu papel e lugar definido, com controle temporal dos rituais, que ora ditava o tempo para rezar, ora ditava o momento de choros e cânticos. A própria escolha das pessoas para cada papel estava vinculada à categoria social que se enquadrava ao novo ideal de cidadão. A prostituta Madalena sempre era representada por negras ou mestiças devido à 'realidade' que se desejava alcançar durante a encenação. Em contrapartida, o viajante inglês Henry Koster em visita ao nordeste brasileiro com o intuito de recuperar-se de uma tuberculose, parece admirado por não haver "diferenças" entre a classe feminina. *"As mulheres ao entrar, sejam brancas ou de côr, ficam junto a essa grade, sentando-se no chão, no grande*

⁷ FOUCAULT, Michel. "Dits et écrits – 1954-1988." In: EIZIRIK, Marisa Faremann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

espaço aberto no centro.”⁸

A vigilância hierárquica, por sua vez, demonstrava a necessidade de centralizar a figura do imperador na imagem de Cristo. Sempre presente nas comemorações, Dom Pedro I e família impunham suas participações com o objetivo de vigiar e analisar a disciplinas que exigia a ocasião e o dever do bom cristão e cidadão, tendo o exame como última etapa organizadora do dia, pois, era “*o culto religioso, considerado no Brasil, pretexto de reuniões públicas nas quais o amor próprio rivaliza com a devoção (...)*”.⁹

Essas normatizações atendiam de certa forma, às aspirações civilizatórias defendidas pelos liberais durante o período imperial. Uma boa “educação social” era pleiteada por aqueles que compravam e seguiam os manuais de boas maneiras que incluíam novos cuidados com a higiene pública e privada, para não falar da reforma que os costumes praticados nas festas e procissões sofreram com a ação das idéias francesas trazidas pela Corte e brasileiros letrados que haviam aprendido os “hábitos corretos” e ideais de convivência social.¹⁰

Segundo a historiadora Martha Abreu, os liberais viam as festas religiosas como atraso frente ao desenvolvimento do país graças a um intenso grau de superstição da população. Do outro lado, os radicais bradavam a separação entre Estado e Igreja, ao passo que os moderados temiam o perigo que essa separação poderia trazer ao permitir que a Igreja ganhasse “uma certa liberdade”.¹¹

A Bahia seguiria os mesmos caminhos que as províncias brasileiras adotaram com a vinda e morte de Dom João V: uma maior intensidade nos festejos no império. Esse aumento foi expressivo em todo o território nacional e caracterizado em ambas as

⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, pp.47 e 48.

⁹ DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo I, parte II, s.d.,p.362

¹⁰ SCHWUARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ ABREU, Martha. **O Império do Divino - Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ocasiões por objetos principais das festas: o rei e a morte. A teatralização da Paixão de Cristo, remete ao que Peter Burke caracteriza a relação entre linguagem e identidade:

quanto à cultura material, a abstinência católica da carne, especialmente em países protestantes, e a preocupação-, como diriam os estrangeiros, a obsessão -dos holandeses para com a limpeza foram recentemente interpretados como afirmação da diferença aos outros, ou seja, símbolos de identidade.¹²

O que nos interessa, no entanto, se refere ao jejum obrigatório e a abstinência da carne ordenada pela Igreja aos fiéis durante a Quaresma com término somente ao meio-dia do Sábado de Aleluia com o toque dos sinos.

Com efeito, em carta a D. Fernando José de Portugal, D. Rodrigo de Souza Coutinho relata um acontecimento durante a Semana Santa no ano de 1798. O documento denuncia as idéias liberais do Padre Francisco Agostinho Gomes e os primeiros indícios dessa *“loucura incompreensível (sic) e por não entenderem seus interesses se achão infectos dos abomináveis princípios.”* Ao que parece, esse comentário feito pelo próprio D. Fernando foi transmitido por D. Rodrigo acerca de um banquete oferecido a vários personagens partidários da mesma ideologia, em plena Sexta-Feira Santa, com farta carne vermelha a mesa.

Sua majestade ordena que VS. examine logo este ultimo facto e achando-o verdadeiro, faça prender tanto a elle como aos seus Amigos sectarios dos mesmos principios e os faça logo julgar com toda severidade das Leis para que o castigo de taes Reos seja verdadeiramente exemplar e contenha semelhantes criminosos.¹³

Dois pontos a serem analisados: o próprio fato do desrespeito às leis eclesiásticas e a afronta de uma figura da Igreja à soberania do monarca e à sua imagem. O que está em jogo nesse caso, compromete mais do que uma desobediência ao jejum quaresmático, mas o confronto entre a nova ordem política em crescimento e a resistência do poder que a continuidade monárquica manteria para os seus seguidores.

Contradições à parte, o fato é que, o árduo trabalho realizado pelos

¹²BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 2004.

¹³AMARAL, Braz do. **Acção da Bahia na obra da Independência Nacional**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

propagandistas do Império encontrava um forte entrave na campanha elaborada pelo grupo liberal que clamava pelo fim das superstições no imaginário popular e o início do desenvolvimento urbano no país. Os relatos dos viajantes estrangeiros ao Brasil durante o século XIX deixam claro que a aversão e admiração deles ao constatar que nas terras de Dom João e depois Dom Pedro I, as pessoas continuava a cometer atos “revolucionários” e credices bárbaras. Na descrição de Jean Baptiste Debret, a Procissão do Senhor Morto,

examinando de sangue frio, todos esses detalhes não se pode deixar de verificar o estilo barbaro e já agora grotesco do século que os criou. Como não sorrir ante estas incoerencias ridiculas tão religiosamente conservadas, se esquece-mos que os inventores dessas cerimonias foram forçado a tais exageros para impressionar os povos ignorantes, que julgavam apenas com os olhos?¹⁴

As festas culturais refletem em grande parte a situação política imperial e não somente uma atmosfera religiosa. Em 1831, o imperador decreta lei modificando o horário da procissão, antes realizada entre oito e nove horas da noite, e a partir de então sai durante à tarde por volta das quatro horas. Isso se deu graças às revoltas populares constantemente presentes nas principais províncias desde a época da independência e seriam estratégias de controle da possível disseminação de idéias liberais que acometiam a população fiel e cristã dos princípios monárquicos e decentes.

Em Salvador, o Diário da Bahia publica uma carta do administrador do teatro público ao governador alertando o prejuízo que as finanças sofreriam com a suspensão das peças durante os dias comuns, só sendo realizadas em datas cívicas e santificadas. Na mesma semana o jornal noticia a fuga e captura de um grupo de Galés do Arsenal da Marinha, evidenciando que a decisão anterior do governo, relativas às manifestações culturais na cidade se tratava de uma medida coercitiva a qualquer motim ou rebelião e uma facilitação do trabalho policial nas ruas baianas.¹⁵

¹⁴ DEBRET, Jean-Baptiste. Op. Cit, p.379.

¹⁵ Diário da Bahia. Sabbado, 24 de Setembro de 1836. Setor de Jornais Raros, Biblioteca Pública do Estado

Dessa forma, o elemento segurança pública se faz presente, principalmente à figura do imperador que necessitava de cuidados. Era necessário manter a disputa entre a identidade social e jurídica dos governantes que caminhava pelo âmbito da sujeição de um pacto entre o discurso e a prática.

Assim, era preciso manter a fé popular em sua pessoa, garantindo a campanha que a morte e Deus faziam durante as procissões e cortejos. Segundo Iara Souza, esse era o momento que o poder monárquico tinha para se comunicar com o povo através de “*mecanismos sociais*”.¹⁶ O que nos mostra a Procissão do Senhor Morto, com suas lamentações e encenações, se encontra no jogo dos limites da festa, sobre a contradição que ele instaura entre a ordem e a espontaneidade, sobre as resistências do imaginário à implantação dos novos hábitos cerimoniais e na conduta do novo cidadão brasileiro.

Salvador reflete, entre tantos aspectos comuns e contraditórios às províncias imperiais, o controle político e social que os órgãos administrativos e clericais exerciam no século XIX, apoiados nos hábitos do dia-a-dia coletivo, no trabalho de plantar nas mentalidades e coração do povo um modelo de cidadania ideal calcada no combate à vadiagem, na defesa da moral, da civilização e em nome de Deus e do imperador.

da Bahia.

¹⁶ SOUZA, Iara. “Liturgia real: entre a permanência e o efêmero”. In: JANCSON, István & KANTOR, Íris. (org). **Festa – Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2001.